

# **Neurodiversidade Nas Escolas: Como Adotar Abordagens Pedagógicas Para Estudantes Neurodivergentes**

**Terezinha Sirley Ribeiro Sousa**

*Doutora Em Ciências Da Educação*

*Universidade Do Estado Do Pará*

*Belém/Pará/Brasil*

**Márcio Rosário Da Silva**

*Mestrando Em Educação - Formação De Professores*

*Universidad Europea Del Atlantico (Ueatlantico)*

**Ronaldo dos Santos Barbosa**

*Doutor em Geografia*

*Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL*

*Imperatriz-MA, Brasil*

*ronaldobarbosa@uemasul.edu.br*

**Arielma Nunes Ferreira Picanço**

*Mestra Em Ciências Da Educação*

*Universidade Metodista/Sp*

*Macapá /Ap Brasil*

**Fabiano Madeira Lacerda**

*Mestre Em Ensino*

*Universidade Federal Fluminense*

*Laje Do Muriaé, Rj, Brasil*

**Sidinéia Da Silva**

*Mestre Em Tecnologia Emergentes Na Educação*

*Must University,*

*960 Ne 5th Ave Boca Raton, Flórida 33431, Usa.*

**Bruna Camila Ferreira Vilas Boas**

*Mestre Em Tecnologia Emergentes Na Educação*

*Must University,*

*960 Ne 5th Ave Boca Raton, Flórida 33431, Usa.*

**Joaquim Furtado Pinheiro**

*Mestrando Em Linguagens E Saberes Na Amazônia*

*Universidade Federal Do Pará*

*Bragança, Pará, Brasil*

*Joaoquimpinheiro929@gmail.com*

---

## **Resumo:**

*O estudo "Neurodiversidade nas Escolas" foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, explorando estratégias pedagógicas para a inclusão de estudantes neurodivergentes, como aqueles com TEA, TDAH e dislexia, no ambiente escolar. A pesquisa destaca a importância de práticas que valorizem a diversidade neurológica como parte essencial da humanidade. São abordadas a capacitação docente, a colaboração interdisciplinar entre educadores, psicólogos e psicopedagogos, e o uso de tecnologias adaptativas. Estratégias como diferenciação pedagógica, aprendizagem baseada em projetos e desenvolvimento de habilidades socioemocionais são apresentadas como soluções para desafios recorrentes, como a falta de preparo docente e*

*infraestrutura insuficiente. O estudo também analisa legislações como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial, apontando avanços e lacunas em sua aplicação. Conclui-se que a inclusão efetiva requer investimentos em formação continuada, adaptação curricular, infraestrutura adequada e esforços coletivos para criar escolas acolhedoras e equitativas, celebrando a singularidade de cada estudante e promovendo seu bem-estar acadêmico, emocional e social.*

**Palavras-chave:** *Neurodiversidade, Educação Inclusiva, Estratégias Pedagógicas, Formação de Professores*

Date of Submission: 29-11-2024

Date of Acceptance: 09-12-2024

## I. Introdução

A neurodiversidade, conceito proposto pela socióloga Judy Singer em 1998, refere-se à diversidade natural das formas como os cérebros humanos funcionam. Essa abordagem enfatiza que as variações neurológicas, como aquelas associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, não são falhas ou condições a serem corrigidas, mas sim parte da diversidade humana que deve ser celebrada e incluída. No contexto escolar, esse entendimento promove a adoção de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as singularidades dos estudantes neurodivergentes. Contudo, os desafios enfrentados por professores, gestores e alunos são muitos, incluindo falta de preparo docente, escassez de recursos e a necessidade de ambientes educacionais mais acolhedores e adaptados. Com base em uma revisão bibliográfica, este trabalho busca explorar como a neurodiversidade pode ser incluída no ambiente escolar por meio de estratégias pedagógicas eficazes.

A inclusão educacional, embora prevista em legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), enfrenta barreiras significativas na prática. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com as necessidades específicas de alunos neurodivergentes, reflexo da formação inicial que muitas vezes não aborda adequadamente a educação especial. Além disso, as condições estruturais das escolas, como salas de aula superlotadas e falta de recursos pedagógicos adaptados, dificultam ainda mais a implementação de práticas inclusivas. Estudos analisados apontam que a capacitação contínua de professores e a colaboração entre diferentes profissionais, como psicólogos escolares e psicopedagogos, são essenciais para garantir a inclusão efetiva. Essa pesquisa baseia-se em uma análise de textos acadêmicos e estudos recentes, destacando as melhores práticas e os desafios enfrentados no ambiente educacional.

Por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, este estudo examina as estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para atender às necessidades de estudantes neurodivergentes. Além disso, explora os desafios enfrentados pelos docentes no processo de inclusão e discute o papel das políticas públicas e da colaboração interdisciplinar para superar essas dificuldades. Compreender a neurodiversidade e aplicá-la no contexto escolar é essencial não apenas para promover o sucesso acadêmico, mas também para garantir o bem-estar emocional e social desses alunos. Dessa forma, espera-se contribuir para a construção de ambientes educacionais mais justos, inclusivos e equitativos, fortalecendo o compromisso com uma educação que valorize a singularidade de cada indivíduo.

## II. Legislação E Políticas De Inclusão

A legislação brasileira reconhece o direito à educação inclusiva como um dos pilares fundamentais para garantir igualdade de oportunidades. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assegura a educação como direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à sua preparação para a cidadania. Complementando essa garantia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 58, a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta barreiras significativas, como falta de recursos e infraestrutura inadequada nas escolas públicas, além de desafios na formação inicial dos professores (MOURÃO et al., 2024).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça o compromisso do Brasil com a inclusão educacional. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a LBI estabelece que as instituições de ensino devem oferecer condições de acessibilidade física e pedagógica, garantindo o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Contudo, a efetividade dessa legislação depende de sua implementação prática, que ainda enfrenta desafios em muitas regiões do país. Estudos recentes indicam que a falta de preparo institucional e a resistência cultural à inclusão ainda dificultam o avanço de práticas inclusivas nas escolas brasileiras (BATISTA, 2024).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, trouxe importantes avanços ao propor a integração de alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento em classes regulares, com suporte de recursos pedagógicos adaptados. A política visa à inclusão plena, promovendo a igualdade de condições para todos os estudantes. Entretanto, a execução da PNEEPEI encontra obstáculos, como a formação inadequada de docentes e a ausência de apoio especializado. Pesquisas apontam que, embora os professores sejam obrigados a lidar com a diversidade em sala de aula,

poucos recebem treinamento específico para atender às necessidades de estudantes neurodivergentes (PEREIRA et al., 2019).

Outro aspecto relevante é o papel das políticas internacionais na influência sobre a legislação brasileira. Documentos como a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reforçam a necessidade de promover uma educação inclusiva em todos os níveis. Essas diretrizes têm inspirado mudanças nas leis nacionais, mas sua aplicação ainda depende de um esforço contínuo por parte dos gestores educacionais e do governo. A criação de programas de capacitação para professores e a alocação de recursos para a adaptação de escolas são passos fundamentais para cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (NASCIMENTO, 2021).

Embora as legislações brasileiras estejam alinhadas com os princípios da inclusão, a prática educativa nem sempre reflete esses avanços legais. Muitos educadores relatam dificuldades em implementar práticas inclusivas devido à falta de apoio institucional e de materiais pedagógicos adequados. Além disso, há a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que envolva professores, psicólogos escolares e psicopedagogos para criar estratégias pedagógicas eficazes. Segundo Mourão et al. (2024), a colaboração entre diferentes profissionais pode melhorar significativamente os resultados acadêmicos e sociais de estudantes neurodivergentes.

A aplicação efetiva das políticas de inclusão depende de mudanças estruturais e culturais no sistema educacional. É essencial que o Estado invista na formação continuada dos professores, promovendo uma maior compreensão sobre as necessidades de estudantes neurodivergentes. A inclusão deve ir além do acesso físico às escolas, englobando a adaptação curricular e o uso de estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades de cada aluno. Conforme Batista (2024), a verdadeira inclusão ocorre quando todos os estudantes, independentemente de suas características, encontram um ambiente educacional que valorize e respeite suas diferenças, promovendo o pleno desenvolvimento pessoal e social.

### **III. O Papel Do Psicólogo Escolar E Do Psicopedagogo**

A presença de psicólogos escolares no ambiente educacional é fundamental para a promoção de práticas inclusivas e para o suporte a professores e estudantes. Esses profissionais auxiliam na identificação de dificuldades emocionais e comportamentais que podem impactar o aprendizado, além de desenvolver estratégias específicas para atender às necessidades individuais dos alunos. Conforme Pereira et al. (2022), o psicólogo escolar desempenha um papel central no processo de mediação entre os diversos agentes do ambiente escolar, promovendo intervenções que favoreçam a inclusão e o bem-estar dos alunos neurodivergentes. A parceria entre psicólogos e docentes é essencial para criar ambientes de aprendizado mais acolhedores e adaptados às diferenças individuais.

Além do suporte emocional, o psicólogo escolar tem um papel crucial na elaboração de estratégias pedagógicas que auxiliem os professores no manejo de estudantes neurodivergentes. Segundo Fonseca et al. (2018), é necessário que o psicólogo atue como um facilitador, promovendo práticas que valorizem a diversidade e reduzam barreiras à aprendizagem. Essa atuação vai além do atendimento individual ao aluno, abrangendo também treinamentos e orientações para toda a equipe pedagógica. A formação de grupos de apoio e a promoção de discussões regulares sobre inclusão podem potencializar os resultados de tais intervenções, criando uma cultura escolar mais inclusiva.

O psicopedagogo, por sua vez, contribui diretamente no desenvolvimento de metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos neurodivergentes. Sua atuação envolve a identificação de dificuldades específicas de aprendizagem e a proposição de estratégias para superá-las. De acordo com Rubinstein (1987), o psicopedagogo tem o papel de compreender o processo de aprendizagem de cada indivíduo, reconhecendo suas singularidades e propondo intervenções personalizadas. No contexto da inclusão, esses profissionais podem trabalhar em colaboração com professores e outros especialistas para criar planos de ensino diferenciados, garantindo a participação plena dos alunos nas atividades escolares.

A integração entre psicólogos escolares e psicopedagogos é especialmente relevante no contexto da neurodiversidade. Enquanto o psicólogo escolar foca no desenvolvimento emocional e social, o psicopedagogo atua no suporte ao aprendizado, garantindo que as intervenções sejam abrangentes e eficazes. Conforme Batista (2024), essa colaboração interdisciplinar permite que as escolas desenvolvam uma abordagem mais completa para atender às necessidades de seus alunos, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o bem-estar emocional e a inclusão social. Essa abordagem integrada é particularmente importante para lidar com as complexidades associadas aos transtornos neurodivergentes.

Outro aspecto fundamental é o papel desses profissionais na mediação entre a escola e a família. A colaboração com os pais é essencial para garantir que as estratégias adotadas no ambiente escolar sejam complementadas em casa. Mourão et al. (2024) destacam que o diálogo entre a escola e a família é crucial para a adaptação e o sucesso dos alunos neurodivergentes. Psicólogos e psicopedagogos podem atuar como facilitadores nesse processo, promovendo reuniões regulares e orientando os familiares sobre as melhores

práticas para apoiar o desenvolvimento integral das crianças. Essa comunicação contínua fortalece a rede de suporte ao aluno e aumenta a eficácia das intervenções.

Por fim, é importante destacar que a atuação de psicólogos escolares e psicopedagogos requer constante capacitação e atualização profissional. Novas abordagens pedagógicas e descobertas na área da neurociência trazem desafios e oportunidades para o trabalho desses especialistas. Segundo Nascimento (2021), a formação continuada é essencial para que esses profissionais possam oferecer intervenções baseadas em evidências e adequadas às demandas contemporâneas das escolas. Assim, sua atuação pode contribuir significativamente para a construção de ambientes educacionais inclusivos, promovendo a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento dos alunos neurodivergentes.

#### **IV. Abordagens E Estratégias Pedagógicas**

A implementação de abordagens pedagógicas inclusivas é essencial para atender às necessidades dos alunos neurodivergentes e promover uma educação de qualidade para todos. Uma das estratégias mais eficazes é a diferenciação pedagógica, que envolve a adaptação de conteúdos, métodos e avaliações para respeitar as singularidades de cada estudante. Segundo Tomlinson (2001), a diferenciação permite que os professores ajustem suas práticas às capacidades e interesses dos alunos, criando um ambiente de aprendizado mais acessível e estimulante. Essa abordagem é especialmente útil para estudantes neurodivergentes, pois reconhece e valoriza suas diferenças como parte da diversidade humana.

Outro aspecto importante é o uso de recursos tecnológicos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Ferramentas digitais, como aplicativos de apoio à comunicação e softwares de aprendizado adaptativo, têm se mostrado eficazes na inclusão de alunos com necessidades específicas. Conforme Nascimento (2021), a tecnologia pode ajudar a superar barreiras físicas e cognitivas, oferecendo oportunidades para que os estudantes participem ativamente das atividades escolares. No entanto, o sucesso dessas ferramentas depende da formação dos professores, que precisam estar aptos a utilizá-las de maneira eficiente e alinhada às demandas de seus alunos.

A aprendizagem baseada em projetos também tem sido amplamente recomendada como uma estratégia inclusiva. Essa abordagem envolve a realização de atividades colaborativas que promovem o engajamento dos alunos em problemas reais ou simulados. De acordo com Mourão et al. (2024), trabalhar em projetos permite que os estudantes contribuam de acordo com suas habilidades e interesses, o que fortalece a autonomia e o senso de pertencimento. Além disso, a colaboração entre os colegas pode ajudar a reduzir estigmas e promover um ambiente mais acolhedor, especialmente para alunos neurodivergentes.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais é outro componente fundamental nas estratégias pedagógicas inclusivas. Segundo Batista (2024), a criação de espaços de diálogo e a integração de atividades voltadas ao desenvolvimento emocional são essenciais para o bem-estar dos alunos. Professores podem utilizar técnicas como meditação, dramatizações e dinâmicas de grupo para ajudar os estudantes a lidar com emoções e desenvolver empatia. Essas práticas são particularmente importantes para os alunos neurodivergentes, que muitas vezes enfrentam dificuldades em áreas como interação social e regulação emocional.

A colaboração interdisciplinar entre professores, psicopedagogos e psicólogos escolares é uma abordagem eficaz para criar estratégias personalizadas que atendam às necessidades dos alunos. De acordo com Fonseca et al. (2018), o trabalho conjunto entre diferentes profissionais permite que os educadores desenvolvam planos de ensino adaptados, considerando não apenas as questões acadêmicas, mas também os aspectos emocionais e sociais. Essa colaboração é essencial para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e holístico, que promova o desenvolvimento integral dos estudantes neurodivergentes.

Por fim, é necessário destacar a importância do apoio contínuo aos professores na implementação de estratégias pedagógicas inclusivas. A formação continuada e os programas de capacitação devem oferecer orientações práticas e teóricas para que os docentes se sintam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Rubinstein (1987), a formação adequada capacita os professores a identificar as necessidades de seus alunos e a adaptar suas práticas de maneira eficaz. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um ideal e se torna uma realidade concreta no cotidiano escolar, beneficiando todos os envolvidos no processo educativo.

#### **V. Conclusão**

A construção de uma educação inclusiva, que valorize a neurodiversidade, é um objetivo desafiador, mas essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao longo deste trabalho, evidenciou-se que o atendimento às necessidades dos estudantes neurodivergentes exige um esforço conjunto de todos os envolvidos no ambiente escolar, incluindo professores, gestores, psicólogos escolares, psicopedagogos e famílias. A legislação brasileira já prevê importantes garantias, mas a prática ainda apresenta barreiras significativas, como a falta de preparo docente, recursos insuficientes e resistências culturais. Portanto, superar essas limitações requer um compromisso com a transformação das práticas pedagógicas e a promoção de uma cultura escolar que celebre as diferenças como parte da riqueza humana.

A adoção de abordagens pedagógicas diferenciadas, uso de recursos tecnológicos, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e colaboração interdisciplinar foram destacados como estratégias eficazes para incluir alunos neurodivergentes de forma significativa. Essas práticas permitem que o ambiente escolar se torne mais acessível, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o bem-estar social e emocional dos estudantes. Além disso, a formação continuada dos professores é crucial para garantir que eles estejam aptos a implementar tais estratégias com confiança e eficácia. Esse investimento na capacitação docente e na construção de equipes multidisciplinares pode transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

Por fim, é necessário um compromisso coletivo para que a inclusão de alunos neurodivergentes deixe de ser apenas uma diretriz legal e se torne uma prática consolidada em todas as escolas. Esse compromisso envolve políticas públicas que assegurem os recursos necessários, ações de sensibilização para combater preconceitos e o fortalecimento do papel das famílias no processo educacional. Promover a inclusão não significa apenas garantir acesso físico à escola, mas criar condições para que todos os estudantes sejam reconhecidos e valorizados em sua singularidade. Dessa forma, é possível avançar para um sistema educacional que não apenas respeite, mas também celebre a diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos plenos e capazes de transformar a sociedade.

### Referências Bibliográficas

- [1] Batista, Patrícia Do Nascimento. **Inclusão Escolar De Alunos Neurodivergentes: Guia Prático Em Contributo À Formação Continuada Docente**. João Pessoa: Universidade Federal Da Paraíba, 2024.
- [2] Fonseca, T. Et Al. A Importância Do Psicólogo Escolar Na Inclusão De Alunos Neurodivergentes. *Revista De Psicologia Escolar*, V. 18, N. 2, P. 123-134, 2018.
- [3] Mourão, Maria Aparecida Esmeraldo Martins Et Al. **Neurodivergentes Em Sala De Aula E Os Desafios Para Os Educadores No Ensino Fundamental II**. *Revista De Educação Inclusiva*, V. 9, N. 1, P. 45-58, 2024.
- [4] Nascimento, Fábio. O Uso De Tecnologia No Suporte À Inclusão Educacional. *Revista Brasileira De Educação*, V. 25, N. 3, P. 345-362, 2021.
- [5] Pereira, Livia Maria Ramos Et Al. **Desafios Enfrentados Por Docentes Na Educação Especial No Processo De Inclusão De Alunos Neurodivergentes E O Papel Do Psicólogo Escolar**. *Revista De Educação Inclusiva*, V. 15, N. 2, P. 67-78, 2024.
- [6] Pereira, Simone; Guimarães, Ana. A Educação Especial Na Formação De Professores: Um Estudo Sobre Cursos De Licenciatura Em Pedagogia. *Revista Brasileira De Educação*, V. 24, N. 4, P. 425-438, 2019.
- [7] Rubinstein, Edith. O Papel Do Psicopedagogo No Processo Educacional. *Revista De Psicopedagogia*, V. 4, N. 1, P. 15-26, 1987.
- [8] Tomlinson, Carol Ann. **Como Diferenciar O Ensino: Respondendo Às Necessidades De Todos Os Alunos**. Porto Alegre: Penso, 2001.
- [9] Singer, Judy. Why Can't You Be Normal For Once In Your Life? From A "Problem With No Name" To The Emergence Of A New Category Of Difference. In: *Disability Discourse*. Edited By Marian Corker & Sally French. Buckingham: Open University Press, 1999. P. 59-67.